

# A ecocrítica queer de Elizabeth Bishop no Bras/zil

Eliana Ávila

Recebido em 20 jun 2012 – Aprovado em 25 set 2012

## Resumo

*Demonstra-se que, ao lado das reservas explícitas de Elizabeth Bishop contra a lógica essencialista de gênero, ela elaborou uma poética anti-essencialista de gênero para engajar a vulnerabilidade de seu posicionamento enquanto poeta do cânone anglo-americano que inevitavelmente, porque historicamente, representou a voz e o olhar fabricantes do sujeito soberano sobre o Brasil. Propõe-se uma leitura ecocrítica do conflito entre a recusa de uma identidade de gênero para a voz lírica, no poema "Brazil, January 1, 1502", e a atribuição de uma identidade geopolítica engendrada para o outro. O objetivo do artigo é duplo: considerar o que acontece quando se desestabiliza o discurso normativo de gêneros geopolíticos; e, finalmente, contribuir para o debate, proposto por Silvano Santiago, sobre o valor ético dos textos que representam o olhar de Bishop sobre o Brasil.*

**Palavras-chave:** *ecocrítica; queer; vulnerabilidade epistêmica; Elizabeth Bishop.*

[O que estamos buscando é] a marca de vulnerabilidade que faz de um grande texto não uma autoridade gerando uma narrativa perfeita, mas um companheiro nosso, por assim dizer, de modo que possamos compartilhar nossas próprias vulnerabilidades com aqueles textos e não parar, mas seguir adiante.

– Gayatri Chakravorty Spivak, *The Postcolonial Critic*

Ao invés de eliminar o gênero como perspectiva viável, proponho expandir nosso entendimento do que a crítica de gênero acarreta. (...) É preciso considerar como o gênero funciona, dinamicamente, sem cair no reducionismo biográfico ou essencialista, sem cair na expectativa de autenticidade na voz lírica, sem reduzir a diferença de gênero sob uma suposta sujeição universal da linguagem.

– Kathrine Varnes, “Is It a Boy or a Girl?”

## 1. Introdução: passado presente

Em observações parentéticas e suplementares durante suas palestras de abertura e encerramento da conferência realizada em Ouro Preto em 1999, “The Art of Elizabeth Bishop: An International Conference and *Celebração* in Brazil”, Silviano Santiago e Helen Vendler pronunciaram a inferioridade dos poemas brasileiros de Bishop em relação à totalidade de sua obra.<sup>1</sup> Santiago argumentou que a atitude cultural de Bishop perante o Brasil a alienou de engajar as perplexidades sócio-culturais brasileiras – que emergem em tais poemas como “The Burglar of Babylon” e “Manuelzinho” – com a mesma consistência com que foram elaboradas por escritores brasileiros como, por exemplo, João Cabral de Melo Neto. Infelizmente, mas confirmando o imperialismo cultural criticado por Santiago, o debate importante sobre o valor ético dos textos que representam o olhar de Bishop sobre o Brasil ficou subjacente a questões necessariamente arbitrárias de intencionalidade autoral;<sup>2</sup> dispensou-se (des-pensando), assim, a provocação contundente do crítico brasileiro quanto ao imperialismo cultural em que a obra de Bishop, bem como a crítica bishopiana, está historicamente imbricada.

Se considerarmos a estratégia de agenciamento pós-estruturalista, na qual todo sistema reducionista cria as condições inerentes que o excedem (DERRIDA, 1967; BUTLER, 1993 e outros), fica claro que o ato de finalizar prematuramente o debate proposto por Santiago é indício não só de que o debate não foi finalizado, mas também do potencial político de retomá-lo.<sup>3</sup> É indício de que a intencionalidade autoral que ainda silencia esse debate depende, portanto, de dissolver, diluir e dispensar o que, para sua perpetuação, deve permanecer impensável e indizível – restringindo, daí, possibilidades reais de futuro. Nas palavras de Judith Butler,

a operação pela qual se prescreve uma finalização prematura se faz vislumbrar quando questionamos: o que deve perma-

<sup>1</sup> Comentários adjacentes às palestras publicadas em VENDLER 2002 e SANTIAGO 2002.

<sup>2</sup> Refiro-me a *ética* enquanto “interferência estrutural entre (...) sistemas de valores distintos” (veja DE MAN, 1979, p. 205).

<sup>3</sup> Refiro-me a *agência* no sentido pós-estruturalista em que Judith Butler o concebe no contexto dos estudos *queer*, ressaltando que a

... agência denotada pela performatividade do “sexo” será diretamente oposta a qualquer noção de um sujeito voluntarista que possa existir à parte da normatividade que ele ou ela contesta. (...) Apesar desse constrangimento por restrição não chegar a impedir a possibilidade da agência do sujeito, ele situa a agência enquanto *prática reiterativa ou rearticulatória, imanente ao poder, e não enquanto relação de oposição externa ao poder.* (BUTLER, 1993, p. 15, ênfase minha)

necer indizível para os regimes discursivos contemporâneos continuarem a exercer seu poder? (1997, p. 139)

Nos termos de Gayatri Chakravorty Spivak, trata-se do que deve permanecer inaudível – já que o indizível é dito, mas não é ouvido porque é desqualificado discursivamente: “nenhuma fala é fala enquanto não é ouvida” (2005, p. 58). Nesse sentido, a narrativa-mestra é também habilista e resolucionista. É habilista porque fabrica sua própria soberania ao pré-escrever a inabilidade do outro (CAMPBELL, 2009; HEHIR, 2002) – o qual pode ser compreendido aqui e, como demonstrarei adiante em relação à poética intercultural de Bishop, como sendo preso a um passado, uma cultura atrasada (*imprópria*) em relação à própria, assim normatizada e constituída como presente; e é resolucionista porque busca resolver no passado conflitos ainda ignorados no presente. A política pós-estruturalista sugere que a narrativa de intencionalidade autoral, que des-pensa o questionamento do valor ético do olhar de Bishop sobre o Brasil, é um locus de poder agencial: possibilita. Nesse contexto, é crucial refletirmos sobre como esse debate ainda emergente pode vir a ser resignificado hoje enquanto uma releitura do passado no presente – e, como veremos no poema “Brazil, January 1, 1502” (BISHOP, 1960), uma releitura dos próprios termos em que pensamos e des-pensamos a dicotomia entre passado e presente.

Transcorridos doze anos, o segundo congresso internacional sobre Bishop em Ouro Preto, “Dislumbrante Dialética: O Brasil no Olhar de Elizabeth Bishop” realizado em 2011, recomeçou a articular produtivamente a problemática apontada por Santiago.<sup>4</sup> Um dos argumentos ali apresentados, e que pretendo elaborar mais extensivamente aqui, é que os textos brasileiros de Bishop se tornam mais relevantes justamente na medida em que interrompem e problematizam a própria narrativa de intencionalidade autoral que representa o olhar imperialista (ÁVILA, 2002).

É importante ressaltar que a escrita de Bishop no Brasil iniciou-se durante os anos da guerra fria, quando vários escritores anglo-americanos emigraram para outros países e contribuíram, voluntariamente ou não, para reconsolidar os discursos de formação identitária (VON HALLBERG, 1985; HARRISON, 1993; ROMAN, 2001) que, segundo John Carlos Rowe, dissimulam o imperialismo dos Estados Unidos ao perpetuar sua imagem enquanto país colonizado no passado, e *não* enquanto país hegemônico no presente (ROWE, 2000, p. 5, 26). Referindo-se aos poetas da geração de Bishop, von Hallberg argumenta que compartilharam da consternação de serem usados por uma máquina cultural imperialista à época em que as instituições militares e econômicas de seu país penetravam várias regiões não contempladas pelos poderes europeus e soviéticos (VON HALLBERG, 1985, p. 91, 133). O posicionamento de Bishop em relação às experiências de

<sup>4</sup> Veja uma seleção dos trabalhos apresentados em ALMEIDA, GALERY & PENNA (Orgs.), 2012.

estrangeiridade elaboradas em seus textos é inseparável dessa dinâmica de auto-definição ancorada em conceitos solipsistas de liberdade. Esse contexto reducionista pode ser lido, na clave pós-estruturalista de agenciamento, como indício de que o *corpus* brasileiro de Bishop cria condições que permitem exceder a narrativa hegemônica que relega o Brasil ao passado.<sup>5</sup> Meu argumento, sobre a questão levantada por Santiago, é que a poética de Bishop sobre sua vida e experiência no Brasil é valiosa justamente porque *falha* junto ao projeto autonomista de reprodução do sujeito soberano. Esse argumento segue o pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak:

[O que estamos buscando é] a marca de vulnerabilidade que faz de um grande texto não uma autoridade gerando uma narrativa perfeita, mas um companheiro nosso, por assim dizer, de modo que possamos compartilhar nossas próprias vulnerabilidades com aqueles textos e não parar, mas seguir adiante. (SPIVAK, 1990, p. 27).

A vulnerabilidade das fronteiras – entre a narrativa-mestra e seu questionamento, entre afetividades legitimadas e não legitimadas, entre o que é permitido e o que não é permitido saber, entre sanidade e insanidade, entre controle e excesso – bem como a disseminação e a assimetria profunda entre elas informou os escritos de Bishop desde cedo. A partir de 1951, sua relação com essas fronteiras se alterou significativamente com sua longa residência no Brasil, onde Bishop elaborou uma poética intercultural de *vulnerabilidade epistêmica* possibilitada pela interrupção da própria narrativa autoral (ÁVILA, 2002).<sup>6</sup>

Buscarei demonstrar aqui como esse trânsito entre violência e vulnerabilidade epistêmica é construído especificamente em relação à poética de gênero em “Brazil, January 1, 1502”. Porém, reconheço que há uma relutância instituída contra essa temática – aliás, instituída sobre as palavras da própria autora, que declarou explicitamente sua reserva contra as perspectivas de gênero sobre seu trabalho.<sup>7</sup> Tipicamente, cita-se uma carta de 1977, na qual Bishop famosamente recusou a definição de seu trabalho sob a categoria, então para ela restritiva, de “literatura de mulheres”, ao dizer que “[s]em dúvida o gênero representa uma parte importante na realização de qualquer arte, mas arte é arte, e separar escritas, pinturas, composições musicais, etc., em dois sexos é enfatizar os valores neles que não são arte” (citação em GILBERT & GUBAR, 1985, p. 1739).<sup>8</sup> Contudo, esse destaque que se dá à reserva autoral tem o efeito de restringir e pré-escrever a obra de Bishop sob a perspectiva da *irrelevância* do gênero. Reduzido a um aspecto adicional e portanto descartável, o gênero deixa de ser lido – mas nem por isso deixa de estruturar o olhar, o conhecimento e o poder nele investido: não surpreende que sua pressuposta irrelevância costuma ancorar-se no discurso autor-itário de intencionalidade autoral.

<sup>5</sup> Refiro-me ao tropo de atraso e retardamento da temporalidade pós-colonial em relação ao eurocentrismo, enfocados por exemplo em SCHWARZ 1977; SANTIAGO 1978; BHA-BHA 1994; SANTOS & RIBEIRO, 2008 e outros.

<sup>6</sup> O termo é de Errin Gilson, para quem a vulnerabilidade epistêmica requer disponibilidade não apenas para deslocar nosso poder/conhecimento, conforme articulado por Foucault, mas também para reconhecer a ambivalência de nossas reações e reconfigurações emocionais e corporais, e para refletir sobre os modos sutis pelos quais nos afetam (GILSON, 2011).

<sup>7</sup> Há inúmeros artigos e capítulos de livro sobre gênero em Bishop. Porém, apesar do reconhecimento crescente de que o gênero é uma categoria relevante de análise literária e sócio-cultural, e de que é inextricável e mesmo constitutivo de outras categorias analíticas, não há um único estudo extenso sobre a obra de Bishop especificamente em relação a perspectivas de gênero.

<sup>8</sup> Salvo quando há referência ao contrário, todas as traduções aqui são minhas.

Sabemos que os processos significativos não precisam ser autorizados pela *intencionalidade* da autora (se é que esta pode ser conhecida, mesmo pelo eu lírico) para que sejam relevantes à *potencialidade* do texto. Porém, mesmo se nos ativéssemos a essa “autorização autoral”,<sup>9</sup> o problema é que, quisesse ou não, Bishop induziu a crítica de gênero em seus textos, pelo menos quando ela afirmou: “para mim, o Brasil é *ela*” (BISHOP, Vassar College Collection). A equação, que abre o poema “Brazil, January 1, 1502” no encadeamento *Brasil = ela = natureza*, não pode ser ignorada. Essa feminização da natureza tem implicações coloniais que se tornaram uma temática central nos estudos feministas, pós-coloniais e ecocríticos.<sup>10</sup> Neste artigo, buscarei argumentar que a feminização da natureza em “Brazil, January 1, 1502” implica a voz poética de Bishop no próprio estupro colonial denunciado pelo poema; e que essa crise, ao instalar a instabilidade (*queer*)<sup>11</sup> de gênero, torna vulnerável o texto (neo)colonial.

## 2. “Brazil, January 1, 1502”

Para se tornar legível, o investimento da persona poética na tensão entre seu olhar etnográfico sobre o *Brasil* e seu olhar crítico desse próprio olhar necessita denunciar o sujeito soberano que, em “Brazil, January 1, 1502”, é emblematizado pelos colonizadores das Américas enquanto estupradores das mulheres indígenas. É que o discurso (neo)colonial exposto pelo poema é prototípico tanto da feminização da natureza quanto de seu corolário: a naturalização da violência enquanto realidade imutável, derivada da progressão temporal que instala a penetração cultural.

Não surpreende que, para criticar a tradição etnográfica e sua afiliação ao projeto (neo)colonial, o Brasil do poema é emoldurado, esteticamente e alegoricamente, como a *natureza* reduzida à mulher a ser estuprada – ou, analogamente, como a *mulher* reduzida à natureza a ser objetificada. É assim que o engendramento da Natureza no feminino abre o poema:

A Natureza-Mulher se revela a nossos olhos<sup>12</sup>

Já no segundo verso, o poema implica os leitores em nossa cumplicidade com o sujeito soberano, numa construção que se torna mítica, e aparentemente inexorável, ao alinhar o olhar colonial com a voz autoral – e com a atualidade neocolonial:

A Natureza-Mulher se revela a nossos olhos

bem como na certa se revelou aos deles

De saída, portanto, a voz lírica expõe nosso engendramento no alinhamento com seu olhar enquanto leitores nas posições múltiplas que designam o sujeito soberano – patriarcal, autoral, heterossexual, masculina, colonial. Tal alinhamento é sublimado pela esteticização de um olhar supostamente “revelador” de conhecimento sobre a natureza, e cujo efeito é desproblematizar

<sup>9</sup> A citação da carta de 1977, quando lembrada com o fim de evadir as questões de gênero na obra de Bishop, invariavelmente ignora seu comentário feito em seguida, no mesmo ano, sobre sua recusa de ser publicada em antologias de mulheres desde seus anos de faculdade. Em entrevista a George Starbuck, Bishop declarou que fazia questão de esclarecer seu motivo: “Não pensei muito seriamente sobre o assunto, mas senti que era uma grande bobagem, essa separação dos sexos. Acho que esse sentimento veio de meus princípios feministas, muito mais do que pude perceber então” (MONTEIRO, 1996, p. 90).

<sup>10</sup> A bibliografia sobre o tema é imensa. Destaco apenas GILBERT & GÜBAR, 1979; MERCHANT, 1980; MCCLINTOCK, 1993; PLUMWOOD, 1993; WARREN, 1996; ADAMS & MULLIGAN, 2003; STURGEON, 2009; GAARD, 2010; e HUGGAN & TIFFIN, 2010.

<sup>11</sup> Refiro-me à concepção anti-essencialista de *queer* enquanto desalinhamento de supostas equivalências identitárias entre significante e significado no âmbito tanto identitário quanto epistemológico do gênero.

<sup>12</sup> Destaco (em itálico) o texto em que alterei a tradução de Paulo Henriques Britto (BISHOP, 1999, p. 70-75) na tentativa de salvaguardar a problemática de gênero no poema – infelizmente, às custas da métrica (sobre a necessidade política da infidelidade na teoria e prática tradutória, veja LAMBERT, 1994; ROBINSON, 1998; BASSNETT & TRIVEDI, 1999; SIMON & ST. PIERRE, 2000; e SPIVAK, 2000 e 2005 [2000], entre outros).



e encobrir sua própria redução de uma realidade complexa a uma moldura estética – daí a metáfora da tapeçaria intrincada sendo violada pelos estupradores. De fato, o referente do pronome possessivo do olhar, o pronome “deles”, é mantido encoberto até a terceira e última estrofe do poema, permitindo que se desenvolva e consolide a cumplicidade dos leitores com a voz narrativa – cumplicidade esta a ser flagrada criticamente apenas ao final do poema. Nessa ecocrítica,<sup>13</sup> “nossos olhos” se revelam hoje como revelaram-se às mulheres indígenas a eles resistentes através de uma natureza *outra*, significativamente *não* reveladora:

E foi assim que os cristãos, duros como pregos,  
pequenos como pregos, e reluzentes,  
vieram, dentro de armaduras barulhentas, e encontraram tudo,  
nada pouco familiar:  
nem alamedas suaves, nem caramanchões,  
nem cerejeiras carregadas nem alaúdes,  
mas tudo lembrando, mesmo assim,  
um sonho antigo de riqueza e luxo  
já fora da moda quando saíram da Europa –  
riqueza, e mais um prazer novinho em folha.  
Logo depois da missa, talvez cantarolando  
“L’Homme armé” ou outro tema assim,  
enlouquecidos, lançaram-se para dentro da tapeçaria  
penetrando seus tecidos rasgados, pendurados,  
e cada um foi atrás de uma índia –  
aquelas mulherzinhas que ficavam gritando sem parar,  
gritando, chamando-se umas às outras (ou foram as aves que  
acordaram?)  
e escapando, sempre escapando, para trás.

As mulheres ficavam “escapando, sempre escapando, para trás” dos “tecidos rasgados, pendurados” – bem longe da “paisagem de tapeçaria” que o Brasil parecia representar inicialmente no poema. À medida que o texto nos alinha com o colonizador investido em estuprar as mulheres, *é ela* mesma, Brasil, que se revela irredutível ao olhar narrativo do poema. O sujeito soberano é representado, assim, tanto pela voz poética quanto pelo leitorado implícito de Bishop.

A questão que o poema incita agora é: será que as mulheres estão escapando apenas dos colonizadores do passado? Nessas linhas de abertura, se o pronome “deles” se refere aos cristãos em armaduras do passado, a quem se refere o pronome “nossos” do presente? *Nós* somos incitados assim a perguntar se, alinhados com o olhar colonial, os olhos dos escritores e leitores contemporâneos de Bishop ainda investem em engendrar numa mesma moldura a natureza, a arte, a mulher e o Brasil. Tornando legível,

<sup>13</sup> Refiro-me a ecocrítica na concepção de Camilo Gomides, ou seja, como área do conhecimento e da crítica ética cujo objetivo é levantar questões éticas sobre as relações entre natureza e cultura, e sobre sua construção dicotômica (veja GOMIDES, 2006).

sensorial e cognitiva a *violência epistêmica*<sup>14</sup> desse engendramento, a voz ecocrítica do poema desalinha a moldura (neo)colonial, mas sem a pretensão de dispensá-la – ou seja, de ignorar a imbricação histórica de sua própria voz no contexto intercultural em que essa moldura discursiva se reproduz. O poema engajando assim o que Linda Hutcheon demonstrou ser a *crítica cúmplice* da poética pós-moderna – que não se isenta, mas, ao contrário, se implica naquilo que critica (HUTCHEON, 1988, p. 75).

Bishop encapsulou graficamente sua crítica cúmplice nesse deslocamento epistêmico em relação a sua incorporação do sujeito soberano no nome *Brazil-Brasil*, o título provisório que deu para um livro que não chegou a concluir<sup>15</sup> mas que foi uma tentativa, em suas palavras, “de fazer o Brasil parecer menos remoto e menos objeto de fantasia pitoresca” (BROWN, 1966, p. 302) – “menos,” quero dizer, do que muitas de suas *próprias* representações podem levar a crer. Leio essa transição nominal, *Brazil-Brasil*, como a ênfase de Bishop sobre uma percepção emergente que é crucial para a questão levantada por Santiago. Nesse contexto, sua maneira reincidentemente *errada* de escrever “Brasil” e “brasileiro” com z, e “Brazilian” com s, pode até ser acidental, mas tem o efeito *errante* de produzir uma vulnerabilidade que permite expandir as fronteiras entre sistemas de valores em conflito, tornando inviável qualquer resolução hegemônica,<sup>16</sup> e criando ali o que Gloria Anzaldúa teorizou como “borderlands” *vis-à-vis* “borderlines” (ANZALDÚA, 1987).

A poética bras/zileira de Bishop, com sua crítica cúmplice, opera ao criar flagrantes que desalinham seu olhar sobre o *Brazil*, dando lugar a um deslocamento não só geográfico mas também epistêmico. Tal deslocamento torna vulnerável seu olhar sobre o Brasil vulnerável, constituído apenas parcialmente em identificação com um leitorado ansioso por confirmar a soberania de seus valores culturais. Nesse sentido, o final do poema instala a ecocrítica de Bishop na busca de dismantelar o olhar da sua própria figura autoral sobre a natureza pela qual designa e viola o outro. Este olhar se trata menos do olhar autoral e etnográfico de Bishop sobre o *Brazil* – e sobre o gênero feminino por ele emblematizado – do que de seu olhar crítico sobre *esse próprio olhar* que *ignora o Brasil*.

A poética de auto-implicação da *persona* poética em seu olhar autoral reabre o debate sobre a carta mencionada acima. Mesmo que Bishop não tenha se dado conta da relevância de questões de gênero na arte, vimos que seu próprio poema se implica na cena do estupro (neo)colonial. É perturbador que, quando do estabelecimento da cena de conquista, tanto o eu lírico quanto o leitor já estavam implicados na cena do estupro; a ilegibilidade dessa implicação constitui a violência epistêmica assim exposta pelo texto.

<sup>14</sup> O texto de maior impacto sobre a questão da violência epistêmica nos estudos literários e culturais é *Can the Subaltern Speak?*, traduzido em *Pode o subalterno falar?* Veja SPIVAK, 2010 [1988]. Elaborando sobre o conceito foucauldiano de conhecimento como poder, Spivak chamou atenção para a violência epistêmica de todo ato de tradução cultural que ignora sua marginalização das perspectivas pelas quais o outro sabe (veja SPIVAK, 2005 [2000]).

<sup>15</sup> Veja a tradução anotada de Armando Olivetti Ferreira, baseada nos manuscritos de Bishop para este livro (FERREIRA 2008, p. 343-420).

<sup>16</sup> Por exemplo nas seguintes frases: “Everything is fine here – except that the Brazilian money is slipping so fast it’s terrifying”, de sua carta a Tia Grace, de Petrópolis, 1958; e “vou levar um pouco dinheiro brasileiro comigo para usar na volta”, de sua carta a Linda Nemer, 1970 (BISHOP, Vassar College Collection).

### 3. Da inocência à vulnerabilidade

A crise de gênero autoral daí resultante elabora, poeticamente, a *encrenca de gênero*<sup>17</sup> que viria a ser articulada décadas depois, a partir das implicações filosóficas e políticas da instabilidade do alinhamento compulsório entre sexo, gênero e desejo (RUBIN, 1984, 1975; BUTLER 1990, e outros). Em sua concepção *queer*, a *encrenca de gênero*, longe de ser dispensável, é irreduzível a qualquer essência ou mesmo construção identitária, inclusive àquelas que se pressupõem desvinculadas ou libertas de seus próprios contextos discursivos de auto-construção. Para enfatizar essa irreduzibilidade, Eve Kosofsky Sedwick iniciou seu livro já clássico, *Epistemology of the Closet* (1990), com a afirmação aparentemente exagerada de que a cultura ocidental do século XX só pode ser compreendida à luz da instabilidade das fronteiras que delimitam o âmbito da sexualidade. Para Sedgwick, os discursos reguladores da normatividade do *armário* (ou seja, da autoridade normativa, mais do que da *heterossexualidade* em si) não só interseccionam como também transformam todas as outras linguagens e relações que constituem o poder e o conhecimento, já que regulam os sentidos complexos de toda instabilidade entre o que se pode e o que não se pode saber (SEDGWICK, 1990, p. 1-34).

É nesse sentido que uma análise *queer* da poética de Bishop não pressupõe que seus momentos textuais de desalinhamento de gênero impliquem, necessariamente, uma subjetividade homo-erótica ou mesmo *queer* da *persona* poética – mesmo que possam traduzir (ou mesmo traduzir-se em) tais processos subjetivos. Implicam, segundo Sedgwick, processos de deslocamento epistêmico em relação a padrões normativos de organização cultural:

Foi a longa e dolorosa percepção, não de que todas as opressões são congruentes, mas de que são estruturadas diferentemente e portanto devem interseccionar-se em materializações e corporalidades complexas – foi esta percepção que constituiu o primeiro avanço radicalmente heurístico do pensamento sócio-feminista e do pensamento das mulheres de cor. Daí resulta que a comparação entre diferentes eixos de opressão é uma tarefa crucial, não para estabelecer um ranking de opressões, mas ao contrário, porque cada opressão deve representar uma indicação singular em relação a certos nódulos distintivos de organização cultural. (p. 33)

A ontologia do sujeito soberano é um nódulo distintivo cujo engendramento cultural é exposto pela instabilidade de gênero em “Brazil, January 1502”. Enquanto o realismo positivista deste sujeito, cuja organização cultural tem o poder de assimilar Bishop e seus leitores na cena de estupro, constitui a realidade como sendo *própria*, a ecocrítica *queer* que opera no poema nos torna vulneráveis ou afetad@s por uma realidade *imprópria*, relacional, tornando audível, no ranger das armaduras dos colonizadores, e nos gritos das mulheres, o próprio silenciamento epistêmico

<sup>17</sup> Traduzo por *encrenca de gênero*, e não problemas de gênero, o termo *gender trouble* (BUTLER, 1990), sem pressupor que essa instabilidade ou desalinhamento de gênero implique, necessariamente, um espaço homo-erótico nos textos de Bishop.



da outra cultura ” pelo suposto avanço da cultura “soberana”. Refiro-me a essa ecocrítica em relação a questões de gênero como sendo *queer*, pois levanta a questão de não se poder dispensar o gênero enquanto *construção histórica* ao invés de *essência* identitária – uma construção que em “Brazil, January 1, 1502” desmistifica o sujeito soberano tanto da cena colonial do passado quanto da cena literária do presente. A ecocrítica *queer* potencializada por “Brazil, January 1, 1502” é importante porque permite uma leitura da poética de Bishop no Brasil como vulnerável, ao invés de inocente.

É importante ressaltar que as narrativas que pretendem inocular o eu lírico e seu leitor em cumplicidade com o estupro em “Brazil, January 1, 1502” ignoram uma contradição significativa: ao encobrir o conflito no lugar de reconhecê-lo, tal idealização de Bishop nega a violência epistêmica de seu posicionamento histórico e perde a oportunidade de conceber sua figura autoral sob perspectivas mais amplas e agenciais do que as de culpa, vitimização, inocência, etc. Ignorar essa contradição na ansiedade de preservar o eu lírico, a figura autoral, a tradição canônica, etc. tem o efeito reverso ao projeto relacional potencializado pelo texto de Bishop que estou tentando enfocar aqui. Tem o efeito, em outras palavras, de re-alienar (e re-alinhar) a figura autoral ao invés de estimular sua vulnerabilidade epistêmica, e ao invés de abrir espaço para que possamos ouvir e considerar outros modos de habitar as narrativas prescritivas – modos que excedam, sem assimilar mas também sem negar, sua violência estrutural. Refiro-me à metáfora habitacional de Jacques Derrida contra a possibilidade de isenção, inocência ou recato em relação à violência instituída. Para Derrida, as estruturas não podem ser desestabilizadas a partir da abstração de um lado supostamente externo a elas: “as tentativas de desestabilização das estruturas de poder só são possíveis e efetivas quando as habitamos (...) e de modos [obliquos], porque sempre as habitamos, e mais ainda quando nem o suspeitamos” (DERRIDA, 1976 [1967], p. 24).

É nesse sentido que é importante reconhecer a idealização com que por vezes buscamos ler os textos brasileiros de Bishop à parte de sua habitação autoral. É significativo, à luz da estratégia pós-estruturalista, que a revisão crítica que Bishop faz de sua própria figura autoral necessariamente fracassa, tornando-a também cúmplice: para ser bem sucedida, precisa não só rejeitar o texto soberano – o próprio texto que autoriza tal revisão – bem como, o que é mais difícil, implicar-se em sua habitação autoral, ou seja, no discurso (neo)colonial de *anti-conquista*. Vale lembrar, no contexto da crítica transcultural ortiziana,<sup>18</sup> esse conceito elaborado por Mary Louise Pratt, que explica:

[D]iscursos de anti-conquista são aqueles em que o sujeito soberano busca assegurar sua inocência no mesmo momento em que afirma a hegemonia [de sua cultura de origem]. Escolhi este termo “anti-conquista” porque . . . essas constru-

<sup>18</sup> Antes de ser usado para encobrir assimetrias interculturais (veja BELLEI, 2000), o termo *transculturização* foi cunhado por Fernando Ortiz (ORTIZ, 2002 [1940]) para designar a dinâmica contra-hegemônica implícita na noção hegemônica, unilateral, de *aculturação*. Já a noção pós-estruturalista de *agência* enfatiza a dinâmica *cumplicita*, ou seja, de encadeamento entre *aculturação* e *transculturização*, bem como entre o âmbito do que é legível e articulável, por um lado, e o âmbito do que lhe é irreduzível, por outro.

ções estratégicas de inocência são constituídas sempre em relação a retóricas imperiais mais antigas da era absolutista. [O protagonista principal é] “o sujeito do olhar,” um rótulo assumidamente não amigável para o sujeito masculinista do discurso eurocêntrico – aquele cujos olhos olham e possuem. (PRATT, 1992, p. 7).

Nesse contexto, é preciso repensar a perspectiva de Barbara Page – para quem Bishop “lutou para encontrar em sua experiência de descontinuidades e marginalidade um princípio valioso de composição”. Se atentarmos para a auto-implicação do sujeito soberano incorporado pela figura autoral que protagoniza “Brazil, January 1, 1502”, nem mesmo a visão anti-normativa de Page pode garantir a Bishop “um lugar correspondente a sua própria disposição para as margens” (PAGE, 1993, p. 197) dos universais masculinistas. Nem é possível supor, como faz Betsy Erkill, que Bishop tenha conseguido “recusar sua afiliação a qualquer narrativa-mestra – seja ela nacional, ideológica, religiosa, ou metafísica” (ERKILLA, 1992, p. 120). Isto porque a busca de Bishop por uma localização periférica se torna mais coerente à medida que falha, paradoxalmente, em seu projeto de preservar para a persona poética o lugar de suposta inocência feminina que, de acordo com críticos seguindo a sugestão de Adrienne Rich, Bishop procurou no Brasil (RICH, 1983, p. 17).<sup>19</sup>

Enquanto sigo o argumento de Rich e Page, de que a busca por um lugar marginal teve um profundo impacto na poética de Bishop, acrescento que é crucial atentarmos para o potencial interseccional dessas margens e de sua irredutibilidade a qualquer resolução, de modo que o texto de Bishop possa manter problemática a reprodução do discurso (neo)colonial bem como seus efeitos reais ainda presentes. O que se torna perceptível, portanto, é que o lugar de Bishop no Brasil não é apenas um lugar às margens; é ao mesmo tempo uma posição de centralidade historicamente comprometida com o olhar colonial – até mesmo quando sua voz soberana é *equi-vocada*, para ser flagrada e revertida, *desalinhada* pela poética de gênero.

#### 4. A crítica cordial vs. o conflito autoral

Enquanto o Brasil como objeto do mito exótico e idílico pode ser um veículo para colocar Bishop na periferia a partir da perspectiva do centro, o Brasil-*ela* a coloca numa posição dominante a partir da perspectiva da periferia – uma perspectiva que se torna cada vez mais impactante no *corpus* de Bishop à medida que as categorias culturais profundamente enraizadas que ela usa para dar sentido à cultura estrangeira se mostram insuficientes. Assim, à medida que a persona poética implica seu próprio olhar colonial sobre a periferia, a figura autoral falante é engendrada no discurso masculinista. Dessa perspectiva, a própria Page acaba atualizando, mesmo sem querer (ou seja, na contramão do seu pro-

<sup>19</sup> “A experiência de Bishop enquanto *outsider* (estrangeira, deslocada, marginal, etc.) pode ser associada diretamente – mas não exclusivamente – ao deslocamento que define a identidade lésbica, e aos modos pelos quais o olhar deslocado acaba empoderando Bishop no sentido de que ela passa a ser capaz de perceber outros marginalizados e de identificar-se, ou tentar identificar-se, com eles” (RICH, 1983, p. 17).

jeto a favor da marginalização de Bishop), o legado neocolonial da autora. De fato, Bishop é construída discursivamente como o herói da conquista e da literatura de viagem, quando Page complementa que “[em Key West, por exemplo, Bishop] exercitava seu *espírito de aventura* e seus *poderes de observação*” (duas facetas culturalmente apoiadas no discurso que Pratt demonstrou constituir o “sujeito masculinista do olhar eurocêntrico”) mesmo “quando praticava o ‘ócio’ e as evasões que possibilitaram sua ambição como poeta mulher” (p. 197, ênfase minha). Nesse sentido, ler a posição de Bishop nas margens como uma garantia de espaço suficiente para sua ambição como poeta mulher tem o efeito irônico de reduzir as margens – e o gênero feminino ali reinscrito – ainda mais ao âmbito da identidade remota e fixa: supõe-se que Key West e Brasil devam ser explorados, observados e mesmo cobertos pelo eu falante da literatura de viagem, perfazendo um *upgrade*, por assim dizer, do discurso colonial, aparentemente melhorado por este eu falante ser agora feminino e, portanto, supostamente não violento. Além disso, as próprias margens são essencializadas como o lugar natural para um despertar supostamente *queer* de Bishop que possa redimi-la do discurso soberano: os tropos da aventura e da observação (culturalmente masculinos) são aliados aos da evasão e do ócio (culturalmente femininos), *sem que a lógica de gênero seja desconstruída ou no mínimo questionada*.

### 5. Dois paradigmas *queer*

O consenso que busca estabelecer a marginalidade ampla de Bishop pode e deve ser perturbado pelo reconhecimento da intersecção entre suas posições identitárias não só de marginalidade em relação aos discursos normativos, mas também de centralidade em relação às margens geopolíticas. A voz lírica passa a expor a vulnerabilidade tanto da posição de marginalidade geográfica (culturalmente feminina) de Bishop no Brasil e de sua centralidade geopolítica (culturalmente masculina) enquanto escritora do estabelecimento anglo-literário no Brasil. Essa interseccionalidade aponta para a necessidade de tornar legível a violência epistêmica não só do sujeito soberano implicado na tradição autoral que ela representou desde o Brasil, mas também das molduras, armaduras e transcódificações assimilacionistas em que ainda lemos o Brasil bishopiano. Tal legibilidade engaja o fracasso significativo do eu lírico a cada tentativa de obliterar as próprias tensões éticas que tanto perturbam quanto alimentam sua busca poética.

É irônico que, embora Bishop tenha criticado a lógica essencialista das antologias de ‘literatura de mulheres’ (as quais, segundo ela, reduziam sua arte à mesma normatividade que pretendiam subverter), a sua persona poética, enquanto isso, implicava-se na sua própria cumplicidade com um leitorado caracterizado em analogia direta com o estuprador colonial. Como sugeri acima, Bishop não se identificou apenas com *outsiders* com

disposição para as margens. Sua persona poética teve que elaborar também a vulnerabilidade de seu posicionamento enquanto poeta do cânone anglo-americano que inevitavelmente, porque historicamente, representou a voz e o olhar fabricantes do sujeito soberano sobre o Brasil.

## 6. Anti-essencialismo identitário nos textos brasileiros de Bishop

Nos doze anos transcorridos entre as duas conferências internacionais sobre Bishop em Ouro Preto, notei que o termo textos brasileiros gera por vezes um incômodo que em algumas ocasiões chega a apoiar-se no cômico (talvez para evitar o deboche). É como se enfatizar a transformação cultural sugerisse forçosamente alguma essência identitária, ou talvez, ao contrário, uma infidelidade a tal essência, como se beirasse o ridículo imaginar que possa haver nos escritos de Bishop a intervenção real, construída ou efetiva de uma persona poética brasileira. O termo não nega, evidentemente, que Bishop escreveu a partir de perspectivas culturais anglo-americanas, ali no que ela chamou, em seu importante ensaio escolar sobre a poética de Gerard Manley Hopkins, a “frente” ou “fronteira” do texto (BISHOP, 1934, Vassar College Collection).

Conforme vem sendo discutido amplamente, as identidades, longe de constituírem essências pré-existentes, são efeitos reais de práticas historicamente imbuídas e, ao mesmo tempo, recursos de agenciamento e re-significação cultural. Identidades são construídas performativamente, ou seja, através de citações e interpelações reiteradas – cujo efeito é produzir as realidades que aparentam apenas nomear e descrever (ao dissimularem tal produção).<sup>20</sup> Entretanto, não se conclui daí que as identidades enquanto trajetórias históricas possam ser reduzidas às narrativas que as reiteram e alteram, nem que tais narrativas sejam, elas próprias, redutíveis ou mesmo ineficazes.<sup>21</sup> Ao contrário, uma perspectiva não-essencialista mas realista de identidade concebe como brasileiros aqueles textos de Bishop afetados pela inscrição de perspectivas culturais historicamente brasileiras mesmo se, ou principalmente se, produzidos por uma observadora supostamente invulnerável ao impacto dissonante, portanto disseminador, dessas perspectivas em sua vida e obra. Nesse sentido, os *textos brasileiros* de Bishop perturbam seus *textos do Brasil*, os quais se revelam insuficientes para uma elaboração mais complexa da realidade intercultural na qual ela viveu, respirou, e escreveu. Nesse sentido, uso o termo *textos brasileiros* para distingui-los enfaticamente de *textos do Brasil*, termo este imbricado historicamente no contexto etnográfico que enfatiza a paisagem enquanto geografia naturalista, com suas conotações de uma observadora supostamente desimplicada de

<sup>20</sup> Sobre a produção performativa de identidades nacionais, veja ANDERSON, 2008; de identidades de gênero, veja BUTLER, 1990.

<sup>21</sup> Esse é um dos argumentos fundacionais do realismo sócio-construtivista e da concepção pós-positivista da identidade. Veja COLLIER, 1994; ALCOFF, 2006; e MOYA & HAMES-GARCIA, 2000, entre outros.

cenas meramente descritas (ao invés de textos *abalados* e portanto *inscritos* pela cultura brasileira).

Concordo, portanto, com Regina Przybycien, que considera o olhar de Bishop sobre o Brasil sujeito à alienação cultural por não corresponder às expectativas herdadas pela poeta através da chave naturalista e etnográfica da escrita de viagem, cujos modelos foram Darwin, Wallace e Bruce (PRZYBYCIEN, 2002, p. 68; 1993, p. 42-44). Acrescento, porém, que a poética bishopiana, conternada com a violência epistêmica de se produzir como *étnicos* os conflitos *éticos* do olhar viajante, perturba o próprio discurso etnográfico que primeiramente a canonizou. Nesse sentido, a ecocrítica *queer* que opera no texto de Bishop impede o silenciamento de processos de significação considerados irrelevantes à medida que perturbam a autoridade de sua figura autoral.

É significativo que a encenação de gênero que vimos em “Brazil, January 1, 1502” permite elaborar uma visão mais complexa das questões identitárias e interculturais do que a poeta compartilhou explicitamente em suas declarações e entrevistas, por vezes lidas isoladamente em relação a sua poética. Portanto, o anseio, e a ansiedade, de redimir, inocentar ou idealizar Bishop em relação a sua herança autoritária ignora que a busca para implicar sua voz soberana na violência epistêmica bem pode ser o maior valor poético de todo o corpus bishopiano.

### **Abstract**

*This article demonstrates that, while Elizabeth Bishop voiced her reservations against the essentialist logic of gender, she built an anti-essentialist poetics of gender to engage the vulnerability of her position as a poet of the Anglo-American literary establishment who, historically and thus unavoidably, represented the sovereign subject's voice and gaze over Brazil. I argue for an ecocritical reading of the conflict between the poet's stated refusal of a gendered authorial identity for herself and, by contrast, her construction of a gendered geopolitical identity for the other. My aim is twofold: to consider what happens when the normative genders of geopolitics are unsettled; and, finally, to feed the debate, proposed by Silvano Santiago, as to the ethical value of Bishop's representations of Brazil.*

**Keywords:** *queer; ecocriticism; epistemic vulnerability; Elizabeth Bishop.*



## REFERÊNCIAS

- ADAMS, W.; MULLIGAN, M. (Orgs.). *Decolonizing Nature: Strategies for Conservation in a Post-Colonial Era*. London: Earthscan, 2003.
- ALCOFF, L. M., et al. *Identity Politics Reconsidered*. New York: Palgrave, 2006.
- ALMEIDA, S. R. G. (Org.); GALERY, M. C. V. (Org.); PENNA, S. M. de O. (Org.). *Deslumbrante dialética: o Brasil no olhar de Elizabeth Bishop*. Belo Horizonte: Fale/UFMG; ICHS/UFOP, 2012. p. 190.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute, 1987.
- ÁVILA, E. de S. *A Poet(h)ics of Intercultural Dissonance: Elizabeth Bishop's Braz/silian Texts*. Tese (Doutorado em Letras - Literatura em Língua Inglesa). Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PLLE0273.pdf>>.
- BASSNETT, S. ; TRIVEDI, H. (Eds). *Post-colonial Translation: Theory and Practice*. London & New York: Routledge, 1999.
- BELLEI, S. L. P. O movimento antropofágico revisitado. In: *Monstros, índios e canibais: Ensaio de crítica literária e cultural*. Florianópolis: Insular, 2000. P. 171-191.
- BHABHA, H. K. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BISHOP, E. From "Gerard Manley Hopkins: Notes on Timing in His Poetry". *Vassar Review*, v. 23, p. 5-7, Feb. 1934. Reimpressão: SCHWARTZ, L.; ESTESS, S. P. *Elizabeth Bishop and Her Art*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983. p. 273-275.
- \_\_\_\_\_. "Brazil, January 1, 1502". *The New Yorker*. 2 Jan (1960): 26.
- \_\_\_\_\_. *Poemas do Brasil*. Seleção, introdução e tradução de Paulo Henriques Britto. Edição bilíngue. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Elizabeth Bishop Collection*. Poughkeepsie, NY: Vassar College Library.
- BROWN, A. An Interview with Elizabeth Bishop. *Shenandoah*, v.17, n.2, p. 3-19, 1966. Reimpressão: SCHWARTZ, L.; ESTESS, S. P. *Elizabeth Bishop and Her Art*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983, p. 289-302.
- BUTLER, J. B. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. London: Routledge, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of Sex*. New York: Routledge, 1993.

- \_\_\_\_\_. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CAMPBELL, F. A. K. *Contours of Ableism: The Production of Disability and Aabledness*. Palgrave Macmillan, 2009.
- COLLIER, A. *Critical Realism: An Introduction to Roy Bhaskar's Philosophy*. London: Verso, 1994.
- DE MAN, P. *Allegories of Reading*. New Haven: Yale University Press, 1979.
- DERRIDA, J. *Of Grammatology*. Trans. Gayatri Chakravorty Spivak. Baltimore and London: Johns Hopkins UP, 1976. [De la Grammatologie. Paris: Les Editions de Minuit, 1967].
- ERKILLA, B. *The Wicked Sisters: Women Poets, Literary History, and Discord*. New York: Oxford University Press, 1992.
- FERREIRA, A. O. *Recortes na paisagem: uma leitura de Brazil e outros textos de Elizabeth Bishop*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). São Paulo: USP, 2008.
- GAARD, G. "New Directions for Ecofeminism: Toward a More Feminist Eco-criticism." *ISLE: Interdisciplinary Studies in Literature and Environment* 17.4 (2010): 1-23.
- GILBERT, S. M.; GUBAR, S. *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination*. New Haven: Yale University Press, 1979.
- \_\_\_\_\_. *The Norton Anthology of Literature by Women*. New York: Norton, 1985.
- GILSON, E. "Vulnerability, Ignorance, and Oppression." *Hypatia* 26.2 (Spring 2011): 308-22.
- GOMIDES, C. *Putting a New Definition of Ecocriticism to the Test: The Case of The Burning Season, a Film (Mal)Adaptation*. *ISLE* 13.1 (2006): 13-23.
- HARRISON, V. *Elizabeth Bishop's Poetics of Intimacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- HEHIR, T. "Eliminating Ableism in Education". *Harvard Educational Review*, 72.1 (2002): 1-32.
- HUGGAN, G.; TIFFIN, H. *Postcolonial Ecocriticism: Literature, Animals, Environment*. New York: Routledge, 2010.
- HUTCHEON, L. *A Poetics of Postmodernism: History, Theory, Fiction*. New York: Routledge, 1988.
- LAMBERT, J. The Cultural Component Reconsidered. In: SNELL-HORNBY, M.;
- MCCLINTOCK, A. *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. London: Routledge, 1995.
- MERCHANT, C. *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution*. San Francisco: Harper and Row, 1980.

- MONTEIRO, G. (Org). *Conversations with Elizabeth Bishop*. Jackson: University Press of Mississippi, 1996.
- MOYA, P.; HAMES-GARCIA, M. M. L. (Eds.) *Reclaiming Identity: Realist Theory and the Predicament of Postmodernism*. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- ORTIZ, F. *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar: advertencia de sus contrastes agrarios, económicos, históricos y sociales, su etnografía y su transculturación*. Madrid: Cátedra, 2002.
- PAGE, B. Off-Beat Claves, Oblique Realities: The Key West Notebooks of Elizabeth Bishop. In: LOMBARDI, M. M. (Ed.) *Elizabeth Bishop: The Geography of Gender*. Charlottesville and London: University Press of Virginia, 1993. p. 196-214.
- PLUMWOOD, V. 1993. *Feminism and the Mastery of Nature*. New York: Routledge, 1993.
- PRATT, M. L. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.
- PRZYBYCIEN, R. M. *Feijão Preto e Diamantes: O Brasil na obra de Elizabeth Bishop*. 1993. 287 f. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Letras. Literatura comparada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.
- \_\_\_\_\_. Elizabeth Bishop in Brazil: Traveler, Ethnographer, and Castaway. In: ALMEIDA, S. R.; GONÇALVES, G.; REIS, E. (orgs.) *The Art of Elizabeth Bishop*. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 62-83.
- RICH, A. *The Eye of the Outsider: The Poetry of Elizabeth Bishop*. Resenha de Bishop, Elizabeth. *The Complete Poems: 1927-1979*. Boston Review, abr. 1983, p. 16-18.
- ROBINSON, D. *Translation and Empire: Postcolonial Theories Explained*. Manchester: St. Jerome, 1998.
- ROMAN, C. *Elizabeth Bishop's World War II – Cold War View*. New York: Palgrave, 2001.
- ROWE, J. C. *U.S. Imperialism and Literary Culture*. New York: Oxford University Press, 2000.
- RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes Toward a Political Economy of Sex. *Toward an Anthropology of Women*. Rayna Reiter (Org.). Berkeley: University of California Press, 1975. 157-210.
- \_\_\_\_\_. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, edited by Carole S. V. London, UK: Routledge, 1984. 267-319.
- SANTIAGO, S. *The Status of Elizabeth Bishop's Descriptive Poem*. In: ALMEIDA et. al., 2002. 15-24.
- \_\_\_\_\_. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SANTOS, I. R.; RIBEIRO, A. S. (Orgs.). *Translocal Modernisms, International Perspectives*. New York: Peter Lang, 2008.

- SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1977.
- SEDGWICK, E. K. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.
- SIMON, S.; ST. PIERRE, P. (Eds.). *Changing the Terms: Translation in the Postcolonial Era*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2000, 305 p.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1988].
- \_\_\_\_\_. *The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues*. Ed. Sarah Harasym. New York: Routledge, 1990.
- \_\_\_\_\_. The Politics of Translation. In: VENUTI, L. (Ed.) *The Translation Studies Reader*. London and New York: Routledge, 2000. p. 397-416.
- \_\_\_\_\_. *Tradução como cultura*. Trad. Eliana Ávila e Liane Schneider. Ilha do Desterro, vol. 48, p. 41-64, 2005.
- STURGEON, N. *Environmentalism in Popular Culture: Gender, Race, Sexuality, and the Politics of the Natural*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.
- VENDLER, H. *The Interconnection of the Exotic, the Dead, and the Fantastic in the Poetry of Elizabeth Bishop*. In: ALMEIDA et. al., p.25-38, 2002.
- VON HALLBERG, R. *American Poetry and Culture, 1945-1980*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- WARREN, K. (Org.) *Ecological Feminist Philosophies*. Bloomington, Ind.: University of Indiana Press, 1996.